

EMPRESAS

SEGUROS

Europ Assistance quer reduzir dependência do ramo automóvel

A Europ Assistance Portugal aposta na saúde, viagem e na área de lar e família para diversificar as suas operações e ficar menos concentrada no ramo automóvel. A CEO da seguradora estima que as vendas cresçam entre 5% e 10% este ano.

PEDRO CURVELO
pedrocurvelo@negocios.pt

Em Portugal a Europ Assistance é vista como uma seguradora quase exclusivamente dedicada ao ramo automóvel. Mas a CEO da Europ Assistance Portugal pretende mudar essa realidade com a aposta na diversificação.

“Temos uma coisa que temos de resolver, que é a grande concentração no setor automóvel”, diz a responsável ao Negócios. Até porque, enfatiza, o setor automóvel está a atravessar uma fase de grandes mudanças. “O setor automóvel, onde estamos basicamente concentrados, é um setor que ninguém sabe muito bem como vai estar daqui a cinco ou dez anos”, argumenta Paula Casa Nova.

Sobre uma das grandes incógnitas no setor automóvel nos próximos anos, os carros autónomos, a CEO da seguradora mostra-se tranquila. “Poderá haver menos acidentes, mas os veículos vão continuar a avariar. Nós continuaremos a prestar serviços”. “Os automóveis autónomos serão certamente uma realidade, mas o ‘timing’ ainda é muito incerto. E, como trabalhamos com as grandes marcas automóveis, estamos sempre muito atentos a quaisquer desenvolvimentos”.

E Paula Casa Nova indica que a menor exposição ao setor automóvel passa pelo crescimento em outros segmentos em que o grupo Europ Assistance diz ser forte mas que em Portugal ainda não têm suficiente dimensão. É o caso da saúde, bem como a área de viagens e os cuidados para idosos (o segmento “senior”). Sobre este último, a CEO ad-



A CEO da Europ Assistance Portugal, Paula Casa Nova, pretende diversificar as operações da seguradora.

mite que “é uma área em que gostaria imenso de apostar e que acho que o país tem uma grande necessidade; mas o poder de compra dos portugueses levanta-me algumas dúvidas quanto ao mercado nacional”.

Acordo com grupo hospitalar na mira

Para o reforço da operação da Europ Assistance no setor da saúde Paula Casa Nova considera que seria “muito importante” a celebração de acordos com grandes grupos hospitalares. “Queremos fazer alguns acordos.

Já temos bastantes acordos com seguradoras ou com as empresas que prestam serviços às seguradoras, e queremos ver também se celebrávamos um acordo com algum dos grandes grupos nacionais hospitalares”, diz a administradora, sublinhando que um acordo ajudaria a “ganhar escala” e introduzir no mercado português serviços que o grupo já disponibiliza noutros países.

Adicionalmente, a Europ Assistance está a reforçar os serviços de consulta online, acrescenta. Com base na tecnologia desenvolvida pelo

grupo, a filial portuguesa utiliza um algoritmo, previamente à consulta online, para a verificação de sintomas.

“Quando o cliente liga com uma determinada necessidade de saúde, nós conseguimos determinar, com grande acerto, se o cliente deve ir imediatamente para a urgência, se deve ser visto por um médico em casa ou se pode efetivamente fazer uma consulta online”, explica.

Portugueses ainda fazem poucos seguros de viagem

Paula Casa Nova quer também au-

mentar o contributo do segmento de viagem em Portugal, apesar de, reconhece, “os portugueses ainda não terem o hábito de fazer seguros de viagem”. Em Espanha, assinala, esta é uma área “muito forte”, mas em Portugal “ainda estamos pouco sensibilizados”.

Este é um produto “fundamental”, defende. “Se estivermos de viagem nos EUA e formos hospitalizados o preço é uma exorbitância. E até podemos deixar o país e regressar a Portugal sem pagar a conta, mas nunca mais poderemos entrar nos

João Cortesão

BANCA

Partidos encontram consenso no relatório da comissão de inquérito à gestão da CGD

Da esquerda à direita, todos os partidos deram o "ok" ao texto base que partiu do relatório preliminar elaborado pelo deputado do CDS João Almeida. Isto em conjunto com algumas propostas de alteração que foram logo incorporadas. Houve, porém, pontos de discórdia.

“

Temos uma coisa que temos de resolver, que é a grande concentração no setor automóvel.

Diversificar, para nós, é incrementar viagem, é incrementar saúde, que é uma área em que estamos convencidos que somos fortes e podemos entrar no mercado português, e continuar a subir ligeiramente na parte de lar e família.

PAULA CASA NOVA
CEO da Europ Assistance Portugal

”

Estados Unidos”, exemplifica. “Mas acho que a própria consciência dos portugueses ainda não está tão virada para os seguros de viagem”.

Em termos de faturação, Paula Casa Nova antevê um crescimento “entre 5 e 10%” este ano, em linha com os números do ano passado, em que as vendas aumentaram 8%, mas cujos valores não são revelados. Quanto ao quadro de pessoal, este deverá estabilizar nos atuais cerca de 400 colaboradores. Um número que a CEO considera “perfeitamente ajustado”. ■

O texto base do projeto de relatório da comissão parlamentar de inquérito à gestão da Caixa Geral de Depósitos (CGD) foi aprovado por unanimidade, na quarta-feira, 17 de julho. Os pontos de discórdia entre partidos acabaram por ser votados à parte, sendo que algumas propostas de alteração acabaram mesmo por ser rejeitadas.

“O projeto de relatório consolidado foi aprovado por unanimidade”, anunciou Luís Leite Ramos, presidente da comissão de inquérito. Um documento que já incluía algumas das propostas de alteração apresentadas pelos partidos e que encontraram logo um consenso.

A reunião desta quarta-feira serviu para discutir e votar o relatório final. Porém, os deputados optaram por avançar com várias votações: uma sobre o projeto do relatório e depois outra sobre as propostas apresentadas pelos grupos parlamentares que não foram logo incluídas no documento. Estas foram decididas uma a uma, numa votação que durou várias horas.

Um dos pontos de desacordo foi a proposta do PSD para que fosse incluída no texto a expressão “indiciando em alguns casos prática de gestão danosa”. Esta foi chumbada na votação que se seguiu à decisão sobre o texto base, com oito votos contra do PS e PCP e oito a favor do PSD e CDS. O Bloco de Esquerda absteve-se.

“Não tenho medo, mas respeito pelas palavras”, afirmou o deputado do PS Rocha Andrade, explicando que não podia apoiar esta proposta porque “não cabe à comissão fazer estas classificações”. Já Cecília Meireles, do CDS, considerou que estariam a prestar “um mau serviço à políti-

ca e à justiça se tentarmos fazer julgamentos de atos nesta comissão”. Apesar disto, a deputada votou a favor da proposta do PSD.

Também um aditamento pedido pelos comunistas foi rejeitado. O partido queria que fosse incluída no relatório final a ideia de que as opções de gestão da CGD “não estarão desligadas do facto de, em diversos casos, a escolha dos membros dos conselhos de administração se basear em critérios de natureza partidária e não em critérios de competência, experiência profissional e idoneidade”.

Chumbada foi ainda a proposta do PS, que assinalava que relativamente às comunicações ao Ministério das Finanças, “os problemas” detetados (e não-as “irregularidades”, na formulação original de João Almeida) foram reportadas “por vezes de forma vaga ou genérica”, algo não inscrito na proposta de relatório do deputado do CDS-PP.

“Coincidência temporal” dos créditos de Berardo

Em sentido contrário, foi aprovada uma proposta do PSD que sugeria a inclusão no relatório de que existiu “coincidência temporal” entre os empréstimos a José Berardo e o acordo com o Governo para a exposição das obras.

“Existe uma coincidência temporal entre a concessão dos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos [CGD] a Joe Berardo com o acordo do Governo, acionista da Caixa, para que a sua coleção pudesse ser exposta no Centro Cultural de Belém [CCB]”, lix-se na proposta do PSD. Foram ainda aprovadas algumas críticas ao empresário, de que “ficou evidente de que o deponente recorreu



A comissão parlamentar aprovou o relatório final sobre a gestão da CGD.

“

Estávamos a prestar um mau serviço à política e à justiça se tentarmos fazer julgamentos de atos nesta comissão.

CECÍLIA MEIRELES
Deputada do CDS-PP

Existe uma coincidência temporal entre a concessão dos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos a Joe Berardo e o acordo do Governo.

PSD

”

a mecanismos e artifícios com vista a ludibriar as administrações” da CGD e de outros bancos.

O relatório preliminar foi apresentado na segunda-feira. São, ao todo, 27 as conclusões relativamente à gestão do banco estatal, mas também ao papel tanto do supervisor como do Executivo ao longo do período de análise da auditoria da EY entre 2000 e 2015. Isto com base nas 37 audições a várias personalidades que estiveram ligadas à Caixa, desde ex-presidentes, antigos administradores, mas também órgãos de fiscalização e ex-membros do governo, como foi o caso de José Sócrates e Teixeira dos Santos.

O relatório aponta falhas sobretudo ao Banco de Portugal. Segundo o deputado relator, a supervisão foi meramente “burocrática”. Mas as críticas também chegam ao Governo, pelo seu “absentismo” perante os problemas, assim como às administrações do banco, pela gestão que “não foi séria e prudente”. ■

RITA ATALAIÁ